

Carmen Guimarães Mehedff
Marcela Pronko
Organizadoras

FLACSO

Diálogo Social, Harmonização e Diversidade no Mundo do Trabalho

2004



303
D544

**Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
Sede Acadêmica Brasil**

SCN • Quadra 06 • Bloco A, Salas 607/609/610 • Ed. Venâncio 3000
CEP: 70716-900 • Brasília-DF • Brasil
Telefax: 55 (61) 328-6341/328-1369
E-mail: flacsobr@flacso.org.br
www.flacso.org.br

Programa:
Co-Edições

Convênio:
MTE/SPPE – FLACSO/Brasil (2003)

Coleção:
Políticas Públicas de Trabalho, Emprego, e
Geração de Renda

Copyright © FLACSO 2004
ISBN 85-86315-35-4

BIBLIOTECA - F. 11265 - EC
Fecha: 30 sept. 2004
Compra:
Proveedor:
Canje:
Doación: FLACSO-Brasil

Ficha Catalográfica

D536
Diálogo social, harmonização e diversidade no mundo do trabalho / Carmen Guimarães Mehedff, Marcela Pronko, organizadoras. – Brasília : FLACSO, 2003. 372 p. ; 23 cm. – (Coleção Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda)
1. Processos sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Políticas públicas. I. Mehedff, Carmen Guimarães II. Pronko, Marcela. III. Série.
CDD 303 CDU 316.4

11265

Sumário

Apresentação da Coleção

Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e
Geração de Renda

Ayrton Fausto 9

Introdução

Diálogo Social, Harmonização e Diversidade no
Mundo do Trabalho

Carmen Guimarães Mebedff

Marcela Pronko 27

Parte I: Diálogo social: corpos colegiados e intervenções locais

El Dialogo Social en América Latina: Una Propuesta sobre
la Relación Diálogo Social y Gobernabilidad Democrática de
los Cambios Laborales en Sistemas Económicos Liberalizados

Guillermo Campero 34

Trabalho e Renda e o Sistema Público de Apoio
ao Desenvolvimento Local

Franklin Dias Coelho 54

Redes Educativas de Desenvolvimento da Cidadania

lvônio Barros Nunes 74

Diálogo Social, Disputa de Hegemonia e Consentimento
Ativo na Gestão Local dos Recursos do FAT: A Experiência
do Município de Vitória da Conquista/BA
José dos Santos Souza 84

Democratização do Acesso ao Crédito: Crédito Massificado
X Crédito Assistido
Antônio Valdir Oliveira Filho 108

Parte II: Integração supranacional e harmonização das políticas públicas de trabalho e renda

Diálogo Social e Harmonização de Políticas Públicas de
Trabalho na América Latina e no Caribe: As Experiências
do Mercosul e da Conferência Interamericana de Ministros
do Trabalho da Organização dos Estados Americanos (OEA)
Marcílio Ribeiro de Sant'Ana 116

Acuerdos Comerciales: Un Nuevo Desafío para las
Trabajadoras y los Trabajadores en Chile
Manuel Razeto Barry 143

Globalización y Exclusión Laboral en Centroamérica
Juan Pablo Perez Sainz 207

Parte III: Diversidade no mundo do trabalho

Diversidade no Mundo do Trabalho: Tópicos para uma
Comparação de Categorias
Silvia C. Yannoulas e Cid Garcia 226

A Experiência de Reconhecimento da Diversidade
Syomara Deslandes Tindera 268

Parte IV: A proposta de Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda: 2004-2007

Desafios para a Construção do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

Remígio Todeschini 274

Plano Nacional de Qualificação – PNQ:

Novos Horizontes para a Qualificação

Antonio Almerico Biondi Lima 303

Anexos:

I – Novas Aproximações ao Perfil dos Atores Estratégicos da Política Pública de Trabalho e Renda no Brasil

Silvia Yannoulas

Lilia Rodríguez Farrell 310

II – Agenda da Fase Presencial 361

III – Lista de Participantes do Seminário 363

IV – Abreviaturas e Siglas 365

A Experiência de Reconhecimento da Diversidade

*Syomara Deslandes Tindera*¹

Com todo respeito aos integrantes da mesa e a cada pessoa do auditório, gostaria de começar dizendo que, *stricto sensu*, não sou uma especialista. Sou funcionária de uma Secretaria de Governo em Minas Gerais e integrante da primeira turma do pós-graduação *lato sensu* do Sistema Integrado de Pós-Graduação (SIP) da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO/Sede Acadêmica Brasil). Quando minha participação nesta mesa foi proposta, senti muita apreensão, mas acabei aceitando com a esperança de que pudéssemos trabalhar juntos apesar dessa diferença quanto ao credenciamento do saber.

Pretendo falar como se fôssemos todos portadores de diversidade e, a exemplo de Luciana da Silva Barros, que no primeiro momento deste encontro se identificou por marcas de diversidade, gostaria de me rerepresentar dizendo que me incomoda ser contada como subdesenvolvida e sentir-me herdeira de formas de raciocínio que parecem se relacionar a pensamento colonizado.

Como não especialista, o que posso fazer é trazer alguma coisa da prática e submetê-la à reflexão. Não tenho a graça nem da Vilma Rejane de Medeiros, nem da Zélia Maria de Abreu Paim para contar casos,

¹ Funcionária da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes de Minas Gerais e integrante da primeira turma do Sistema Integrado de Pós-Graduação (SIP) da FLACSO.

mas gostaria de me apoiar em alguns exemplos para tentar fazer com que a reflexão passasse por três pontos:

- a experiência do reconhecimento da diversidade intensifica a percepção de demanda, ou consciência, da enorme necessidade de recursos, colocando muito *stress* na capacidade tanto do governo como da sociedade para gerar ambiência que possibilite vivência de dignidade, ou identidade, apontando assim para impasse político;
- estamos testemunhando uma série de chamamentos para tratar em conjunto de questões como estas;
- à medida que comparamos aos espaços de interlocução propostos, levamos diversidade de postura, e é para uma marca de diferença quanto à postura que gostaria de chamar atenção.

Para evocar a prática da Secretaria, gostaria de lembrar um encontro que reuniu 11 Comissões Municipais de Emprego em Araçuai. Para quem não sabe, Araçuai fica no vale do Jequitinhonha e há quem diga que o Vale é o Piauí de Minas. A proposta de construção da Usina de Irapé catalisou muito interesse e contribuiu para a recorrência de temas durante todo o dia. Um tema foi a intermediação. Não é só o Sistema Nacional de Emprego (SINE) ou a Agência Integrada do Trabalhador (AGIT) que fazem intermediação. O que aconteceu lá foram casos de colocar gerentes do SINE, vereadores, prefeitos, deputados ou assessores, presidentes de comissão de emprego próximos da Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) e da empreiteira, no empenho de assegurar vaga, e se os casos eram engraçados, eles também falavam da nossa pobreza. Frequentemente, saía o argumento de que até então a região só dispunha de eletricidade, mas que agora ia passar a ter energia. Quando se falava da energia como motor de desenvolvimento, vinha à baila a preocupação com a escala do que deveria ser um desenvolvimento sustentado e o reconhecimento de que essa escala exigia sacrifício. A água era preocupação inegável e a racionalização de seu uso também exigia sacrifício. Tanto em forma de denúncia como de auto-acusação, falava-se da dominância de uma mentalidade extrativista. Como contrapor essa mentalidade à necessidade do sacrifício? Uma voz foi peremptória: "quem ficar vai ter que se sacrificar." O silêncio dos pequenos produtores parecia uma forma de consentimento; um dos mais velhos chegou a dizer que para eles, a vida já estava no fim, mas e os mais jovens? Não havia perspectiva para os jovens.

Fazia calor, passava da hora, e o encontro terminava com a sensação que ficava tudo na mesma. Começamos a limpar o espaço que fora

cedido e ouço uma mulher dizer como que num desabafo: “ora, deixa Deus com seu mundo.”

Parece fala antiga, de um tempo agrário, apesar de contemporâneo, que pode querer dizer que a realidade é entendida como fato dado. Aqui neste seminário, que propõe debater em processo de diálogo não só a diversidade mas a harmonização de políticas públicas para seu enfrentamento, o pressuposto é que “neste mundo de meu Deus”, que parece regido pela diferença, a realidade social não é entendida como um fato dado mas como fato social continuamente construído. Essa visão anima e mobiliza esforço pela co-construção de mudança. Neste momento gostaria de lembrar Manuel Razeto Barry que, na mesa-redonda anterior, pediu atenção para seu relato enquanto “versão parcial” explicando que sua preocupação em não afirmar que a realidade “era” assim, ou assado, era um “valor”. É para esse valor, como marca de diversidade, que pretendo conduzir a reflexão.

Antes, no entanto, gostaria de lembrar um outro caso. Estava no SINE, em final de expediente, e ouço um colega perguntar a outro por pessoa que vira no atendimento. O que perguntou parecia cheio de impaciência; parecia não agüentar mais a frustração do atendimento diário às pessoas das filas do SINE. O que respondeu ainda tinha paciência. Percebendo meu interesse, ele disse que entendia a moça não querer a vaga disponível. Talvez seja importante dizer que esse colega não tem curso superior, o que não o impede de teorizar sobre o que acontece à sua volta. “Eu acho que entendo porque isto acontece,” ele disse, “eu acho que é porque liberaram o desejo; antes era mais fácil as pessoas aceitarem qualquer emprego, agora não. Ela quer coisa de televisão; coisa de televisão não tem.”

Entendido pelo senso comum, o que ele chamou de liberação do desejo pode ser articulado a efeitos dos movimentos sociais por afirmação, emancipação ou empoderamento; ao apelo da publicidade e estímulo do consumo; a promessas embutidas em ideologias, utopias, discursos de oportunidades e mudança, ao anseio de inclusão. A concentração demográfica e as formas de ocupação dos espaços urbanos concorrem tanto para a intensificação da experiência de diversidade como para a demonstração da impossibilidade de geração de bens ou serviços que possam ser utilizados em igualdade de condições de uso.

Um exemplo simples pode esclarecer a noção de desigualdade nas condições de uso ou consumo de bens. Não deve ser raro o testemunho de quem já viu em restaurante de comida a quilô doação de uma

“quentinha” para pessoa que, a poucos metros dali, se senta no meio-fio ou sob uma marquise para almoçar. Pode-se dizer que o alimento é o mesmo; as condições de uso são diferentes.

A experiência da diversidade não se refere apenas aos processos correntes de conscientização e reivindicação de direitos em reconhecimento à diferenciação de gênero, etnias, culturas, gerações, capacidades físicas; a diversidade também se apresenta como demanda por espaço de livre emergência das diferenças individuais, como oportunidade de manifestação das próprias possibilidades do ser humano.

Uma medida do *stress* sentido com a intensificação da demanda em tensão com as restrições à sua realização pode ser apreendida pela discrepância ou divergência entre tudo que se prega, anuncia ou promete e a realidade. (Nós que trabalhamos com um programa educacional devemos pensar que podemos de fato estar fazendo mais promessa que qualificação profissional ou social.) Governo e sociedade têm sua adaptabilidade ou capacidade de resposta testadas em ambiente onde mudança de valores, como os de deferência, evidenciam desgaste de senso de autoridade atribuído a governantes, lideranças empresariais, meios de comunicação, com perda concomitante de confiança e credibilidade.

Em meio a esta situação, vários chamamentos (haja vista nosso seminário!) estão sendo feitos em prol da condução de debate e encaminhamento dessas questões em âmbito caracterizado pela participação e pelo propósito de equanimidade. Ao se promover a criação e manutenção de espaços de interlocução, tenta-se fazer com que a multiplicidade de aportes possa ser levada em conta em processo de geração de entendimento e de formulação de políticas públicas. É processo complexo em que, como bem advertiu o professor Franklin Dias Coelho na primeira mesa-redonda, é preciso prosseguir dispondo ou não de modelos para a ação.

Para promover espaços de interlocução, parte-se do pressuposto que, utilizando recursos da racionalidade, é possível dar sustentabilidade ao processo de diálogo. No entanto, em meio ao processo de comunicação, desgasta-se o valor “racionalidade” a favor de uma emocionalidade com pouco suporte de racionalidade. É para essa marca de diversidade que queria chamar atenção, na medida em que parece necessário antecipar como essa diferença haverá de fazer diferença.

